



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

25/02/2019

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO

1.1. CNJ..... 1 - 2

Precatórios
**Entidade
requer o
sequestro
de R\$ 152 mi
do Estado**

Este é o segundo pedido formulado pela ACPEMA; em julho de 2018, pediu o sequestro de R\$ 32 milhões, pelo mesmo motivo. **POLÍTICA 3**

Entidade quer sequestro de R\$ 152 milhões do Estado para precatórios

Este é o segundo pedido dessa natureza formulado pela ACPEMA; em julho de 2018, foi solicitado o sequestro de R\$ 32 milhões, pelo mesmo motivo

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

A Associação dos Credores de Precatórios no Estado do Maranhão (ACPEMA) protocolou na semana passada, no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), um pedido de sequestro de R\$ 152 milhões das contas do Executivo estadual para pagamento de precatórios em atraso.

Segundo a entidade, apesar de incluídos nos orçamentos de 2014, 2015, 2016 e 2017, os precatórios listados não foram honrados pelo governo. O caso foi direcionado ao presidente do TJ/MA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Este é o segundo pedido dessa natureza formulado pela ACPEMA. Em julho do ano passado, foi pedido o sequestro de R\$ 32 milhões, pelo mesmo motivo.

“Reiteradamente o Estado do Maranhão vem atrasando o repasse da parcela financeira mensal destinada ao pagamento de precatórios”, relatou a associação na peça enviada à Justiça.

A ACPEMA reiterou, ainda, o pedido para que o Ministério Público do Maranhão (MPMA) acione o governador Flávio Dino (PCdoB) por improbidade administrativa, já que a gestão do comunista não tem feito a reserva



Associação diz que Estado vem atrasando repasses “reiteradamente”

MAIS

Sequestro

Em 2017, o Estado chegou a ser alvo de sequestro de R\$ 96 milhões, também para pagamento de precatórios. A decisão, do então presidente do TJ, desembargador Cleones Cunha, foi depois revogada por ele mesmo, após um pedido de reconsideração do governo.

de 1/12 da receita corrente líquida para quitar os débitos, utilizando-se, segundo a denúncia, apenas de depósitos judiciais para pagar os precatórios.

Correição

Também na semana passada, o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, confirmou ao Sindicato dos Servido-

res da Justiça do Maranhão (Sindjus) que o Poder Judiciário do Maranhão será alvo de uma correição entre os dias 25 e 29 de março.

Segundo o sindicato, a informação foi confirmada pelo juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Miguel Alvarenga, com o qual o presidente do Sindjus-MA, Aníbal Lins, esteve reunido. Na pauta da audiência, o atraso nos repasses constitucionais que o Estado do Maranhão é obrigado a fazer para o pagamento de precatórios. Até 30 de novembro passado, o Maranhão acumulava dívida de R\$ 1,47 bilhão em precatórios.

O Sindjus-MA também apresentou um pedido de providências ao ministro Humberto Martins no qual denuncia o atraso nos repasses constitucionais devidos pelo Estado do Maranhão para o pagamento de precatórios e ainda pede que o Tribunal de Justiça do Maranhão garanta que a Constituição seja cumprida e os repasses, realizados.

De acordo com o Sindjus, o último repasse registrado é relativo a julho de 2018. Diante das denúncias apresentadas no pedido de providências do Sindjus-MA, o juiz auxiliar Miguel Alvarenga explicou que o ministro Humberto Martins decidiu dar prioridade na apuração das denúncias e marcar a correição no Maranhão para março. ●